

ENTREVISTA

JOSÉ GUILHERME MAGNANI

Professor do departamento de Ciências Sociais e fundador no Núcleo de Antropologia Urbana, da USP

“MARRENTOS”

“Perseguem as prostitutas porque não aceitam os diferentes. São donos da rua”

ESTRANHEZA

“Vivem em espaço protegido, nem sabem como se comportar no espaço público”

OPOLICIAL

“É a face derradeira do Estado em lugares onde tudo falha. Precisaria ter mais qualificação”

O outro assalto das ruas

Não é o dos faróis ou becos. É o que fere a posse coletiva da metrópole e impõe hematomas a uma brasileira chamada Sirlei

Laura Greenhalgh

Sabe-se lá por que e movidos a quê, um grupo de rapazes resolveu fazer de uma conhecida avenida na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, o cenário de um parque de diversões macabros. Aconteceu na madrugada do domingo passado, mas repercutiu a semana inteira: a doméstica Sirlei Dias de Carvalho, 32 anos, levou a pior. Sozinha num ponto de ônibus, foi espancada, teve fraturas, escoriações em trauma para toda a vida. Apanhou porque o bando a confundiu com uma prostituta, como se fosse salvo-conduto para a intolerância e a barbárie.

Avançaram as investigações e eis que se descobre que os garotões “marrentos”, universitários de classe média alta, também incomodaram outras mulheres no percurso da mesma madrugada. Uma farra. E um prato cheio para frequentadores do Orkut, “gente fina” que exhibe seu livre pensar em comunidades como “Porrada na cara das putas” e “Mulher é tudo vagabunda”. Foram dias de evocação do absurdo pela internet, o que motivou representações junto ao Ministério Público para calar a galera insana. Só que a realidade demonstraria, mais uma vez, que o que anda péssimo pode piorar. Uma ação militar desastrada nos morros cariocas do Complexo do Alemão, na quarta-feira, fez 19 mortos, na primeira contagem oficial. Corpos foram empilhados em ruelas, carros, num banho de sangue. Em São Paulo, outra tragédia: ao tentar roubar um carro, adolescentes mataram à queima-roupa um casal, diante do filho de sete anos.

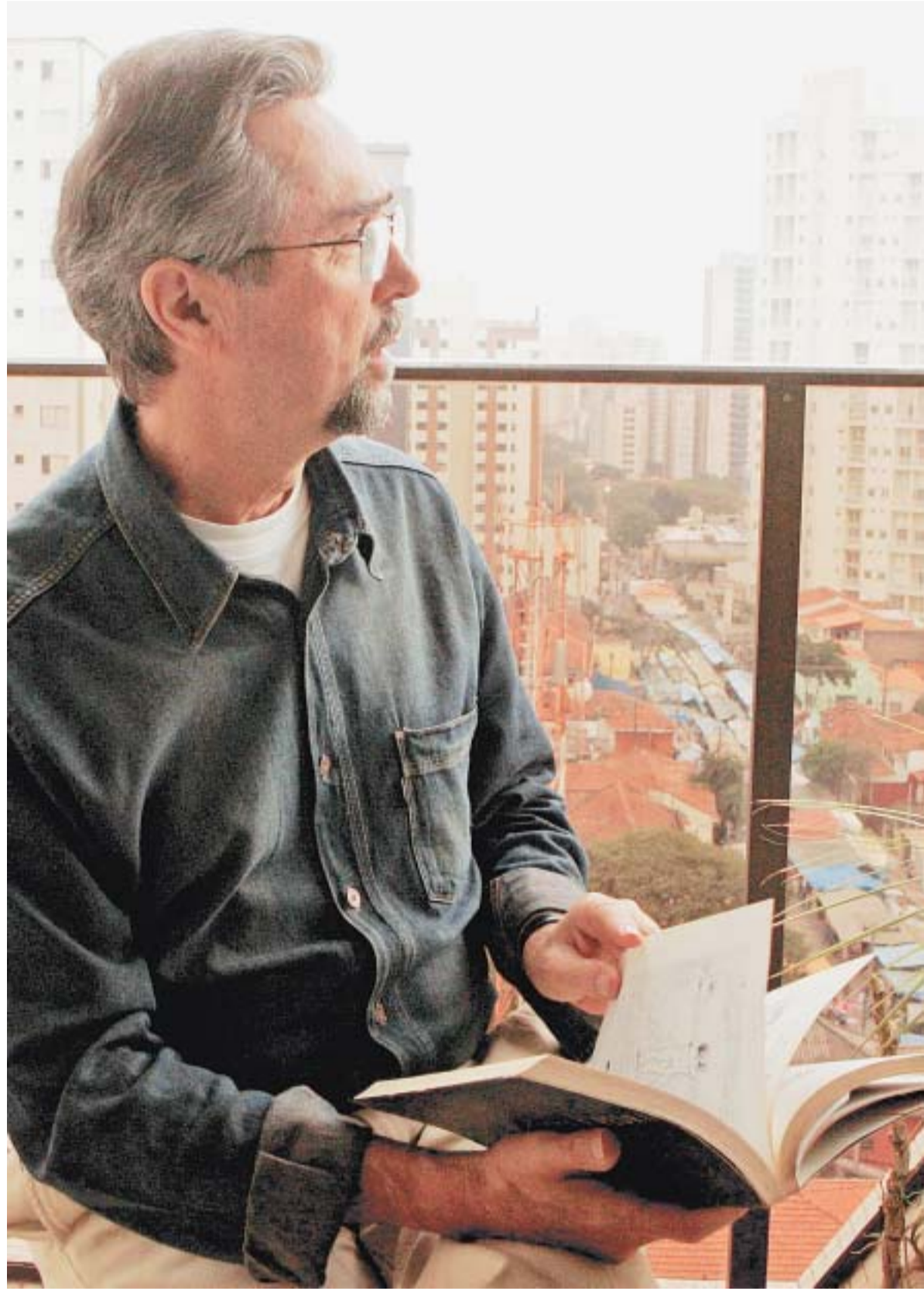
O que acontece? Nossas metrópoles viraram cenários de terror? O lazer resolveu morar nas cercanias da delinquência?

Nesta entrevista, José Guilherme Cantor Magnani, professor do departamento de Ciências Sociais da USP, explica no que um espancador de Sirlei se assemelha ao traficante que se encastela no topo do morro. “Vivem em lugares protegidos e querem impor, pela prepotência e pela força, uma lógica privada no espaço que é público”, explica. Como antropólogo e há décadas estudando a dinâmica das cidades, evita generalizações ao máximo, mas insiste que a construção do urbano ainda é de ser vivida e compartilhada. Autor de vários títulos, prepara-se para lançar pela editora Terceiro Nome o livro “Jovens na Metrópole”. Contém dez estudos etnográficos feitos entre rappers, skatistas, adeptos do hip-hop, pichadores e outras denominações juvenis. Magnani é um incansável pesquisador. Ao longo da ocupação estudantil da reitoria da USP, encerrada dias atrás, convenceu alunos a utilizar o tempo da paralisação como um estudo antropológico, para entender a crise por dentro. Não teria essa ideia se não estivesse convencido de que a cena urbana é, antes de mais nada, espaço de negociação e troca.

Diante das manifestações de violência mais comentadas na semana, pergunto: a vida humana vem perdendo valor na metrópole?

Não sou especialista em violência. Mas, vendo uma mulher sozinha num ponto de ônibus, de madrugada, apanhar de cinco rapazes desconhecidos, eu ao ser informado da morte de um casal num farol de São Paulo, ou ainda me deparando com duas dezenas de mortes, fruto da ação policial num morro carioca, é muito tentador cair nas generalizações. No entanto, seria simplificar tratar questões tão diversas utilizando a mesma

Se tenho tempo livre, posso ler um livro, não preciso sair por aí barbarizando. Até porque a delinquência não é alternativa, mas resultado de uma gama de fatores. Outra coisa: aproveitar o tempo livre não é só para quem tem dinheiro. Na periferia, há bom lazer também”



FILIPE ARAUJO/AE

ALÓGICA – Para Magnani, tanto o traficante quanto o jovem agressor privatizam o espaço que é público

chave da violência. O que se pode fazer é uma reflexão em torno da “rua” como elemento que estrutura o espaço público.

Como assim?

Meus alunos e eu trabalhamos com a cidade na escala da metrópole. Ou seja, a metrópole é portadora de uma dinâmica tal que não pode ser explicada como totalidade. Nem em São Paulo, nem no Rio, nem em qualquer outra grande cidade brasileira, podemos olhar os jovens apenas como uma faixa etária, porque eles são diferentes, fazem escolhas diferentes, criam pontos de encontros particulares nos quais se reconhecem, compartilham estilos e valores. Não estão confinados, ao contrário, percorrem a cidade em deslocamentos constantes e percursos próprios. Onde é que a rua entra nisso? Ela representa a possibilidade do encontro entre os diferentes. Nela, o indivíduo não tem informação só sobre as origens e história do “outro”, mas existe uma norma estabelecida para o reconhecimento mútuo.

Essa é a ideia de rua como espaço de negociação?

É isso. Muita gente só vive a experiência da rua física, a rua como espaço de rolagem, de passagem de pedestres e automóveis. Por outro lado, há quem faça do shopping center a sua rua, na estação Conceição do metrô de São Paulo, meus alunos pesquisaram um fenômeno interessantíssimo: jovens descendentes de japoneses fazem street dance, dividindo espaço com jovens negros de periferia, que dançam break. Ali se encontram, se olham, se estranham e trocam experiências. Na Barra Funda, um bairro paulistano de classe média baixa, verificamos o jeito que as crianças dos cortiços inventaram para ir, em relativa segurança, rumo a um decádo centro-desportivo da região, onde fazem atividades: elas vão em bandos, com uma educadora, cantando alto e chamando a atenção das pessoas, porque perceberam que assim a traves-

sia é mais segura. Elas negociaram com a metrópole.

Que tipo de experimentação da rua faz um grupo de rapazes de bom nível sócioeconômico, que costuma perseguir prostitutas?

Isso é o que eu chamo de apropriação privada do espaço público. Esses rapazes impõem pela força seus valores. São os donos da rua. Não querem compartilhar o espaço, que é público, com prostitutas ou mendigos. Demonstram um perfil complicado, de quem não admite o diferente, seja pela atividade que este exerça, pela raça, pela orientação sexual, assim por diante. Ferem uma característica essencial da rua como espaço de troca. Porque isso é viver em metrópole. Não se pode admitir que grupo algum impeça, ainda mais pela violência, as pessoas de utilizar o espaço público.

Esse tipo de comportamento reflete uma visão de classe?

Certamente. Mas o que estou ressaltando é a perspectiva individualista que nega ao outro o direito à cidade. Estes rapazes se valem de uma lógica particular, individualizada, que tem a ver com o meio em que foram criados. Só que a casa é um espaço privado, protegido por lei, enquanto a rua é de todos. Por isso trabalho muito com a noção de “pedaço”, algo intermediário entre a “casa” e a “rua”. Pedaço é a apropriação social do espaço. “Aqui é o meu pedaço”, você diz para justificar este sentir-se em casa sem excluir ninguém. Fizemos um trabalho de campo nas Grandes Galerias, ao lado do Teatro Municipal, no centro de São Paulo. Ali eu encontro material para grafiteiro, skatista, profissionais que fazem trancinhas para visualblack, há gen-

te que vai só para comprar disco, enfim, cada nicho do edifício é um “pedaço” no qual os jovens provam essa sensação de pertencimento. Na periferia, esse processo existe e está associado à vizinhança.

Seria uma confluência de tribos urbanas?

Não gosto de utilizar o conceito de “tribo” quando analiso as metrópoles, porque trata-se de uma metáfora equivocada. Na etnologia indígena, tribo é a apresentação de uma grande aliança, ao passo que nos estudos de metrópole, o conceito tem sido usado de modo restritivo. Tribo viria algo menor, sinônimo de grupo fragmentado, com frequência relacionado à violência. Sempre é melhor falar em circuitos de jovens – e como é interessante analisar os mapas de sua movimentação! Mas, veja o que acontece nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo: jovens bem nutridos, bem educados e com alto padrão de vida também formam grupos autoritários, muitas vezes com repercussões dramáticas. Basta lembrar as chacinhas em escolas. De tão fechados, viram fundamentalistas. Até o momento não podemos compará-los a um grupo de hip-hop de uma grande cidade do Brasil, que é bem mais flexível. Agora, que existe radicalismo na metrópole, não há como negar. É o preço que se paga de viver em um ambiente de alta diversidade.

Existe uma tendência geral de privatização do espaço público?

Não sei se é tendência. O pichador se apropria do espaço público? Depende. Um aluno meu já estudou esse fenômeno e diz que “pichador nem a mãe gosta”. Claro, quem vai gostar de

ser o mais amparado.

Em cidades como São Paulo, Rio ou Brasília, o jovem da classe média ou alta circula numa seqüência de espaços protegidos: a casa, a escola, o clube, o shopping center, o carro com vidros escuros, o saguão com câmeras, e assim por diante. Mas, ao sair pela madrugada e encontrar a cidade “nua”, parece bater uma vontade de assaltar o espaço público. Como se explica isso?

Para impor sua lógica, repito. Não há outra explicação. Só que o frequentador do oásis de segurança perde de vista que a rua é pública, já tão acostumado que está a interagir com os iguais. A “geração shopping center” circula de espaço protegido em espaço protegido de tal forma que não sabe como se comportar no espaço público. Não tem nem postura corporal para isso. É uma geração sem cultura urbana. Ora, se você é uma estudante universitária, bem informada, mas não aceita a vida de uma prostituta, ao menos a respeito e comporte-se no espaço público. É o mínimo. O que justifica queimar uma pessoa que dorme num banco de praça, como fizeram com um índio em Brasília? A rigor, é mais coerente pensar que nós deveríamos nos sentir mais protegidos no espaço público, que, afinal, é de todos. E não o contrário.

O senhor aplicaria esta afirmação às favelas do Complexo do Alemão, no Rio, onde se trava uma guerra urbana há 50 dias?

Nos morros, os traficantes também constituíram seus “oásis” protegidos, na medida em que circulam por espaços nos quais o poder público não entra ou não se faz presente. São donos absolutos do pedaço.

Ações de vandalismo, violência e apropriação indevida da cidade são muitas vezes praticadas no chamado “tempo livre” de jovens. É impressão ou o lazer, nas metrópoles, virou vizinho da delinquência?

Creio que não. Tenho estudado há um bom tempo o lazer, seja na periferia, seja no centro, com jovens ou não. Como a gente sabe, o tempo livre tende a continuar aumentando na sociedade contemporânea, deslocado que está da noção de trabalho. Ele surge lá como a última instância do poder público, quando tudo mais falha. Quando um policial dá carona a uma gestante que está para dar à luz, virá herói, sai no noticiário, é algo fora de série. Porque é a derradeira face do poder público naquele lugar! Na verdade, não se deveria poupar investimento na sua formação. Melhorar nossas forças policiais não significa obrigatoriamente comprar mais armas e viaturas. Significa dar qualificação, informação, salário melhor, condição de trabalho. Como é importante um policial aprender o que é diversidade, saber como deve lidar com a mulher, a criança, o pobre, o negro, o homossexual, o idoso, ter, enfim, uma ideia de polidez.

Como se explica isso?

Tenho de levar em conta todos os atores envolvidos. Se quero entender a lógica do grafiteiro, terei de entender a lógica do proprietário do imóvel. Considero tido o sentimento do dono do muro, a atuação do poder público, o pichador, as instituições envolvidas etc. Olhar etnográfico procura identificar todos os atores. Sem tomar partido. E acabamos por demonstrar que as coisas são um pouco mais complexas do que as aparências indicam.

Voltando ao caso da Sirlei. O que se pode dizer de uma metrópole onde uns querem deixar sua marca e outros são marcados?

Esta moça é a parte frágil da relação. Sendo elemento mais fraco, deveria contar com maior amparo do poder público. Ela deve ter o direito de esperar pelo transporte público, sozinha, independente de que hora for, num local melhor equipado e policiado. Uma vez que a agressão já aconteceu, deve ter ampla possibilidade de defesa, porque os rapazes, até pelo poder econômico dos pais, terão condições de contratar bons advogados. Quer dizer, Sirlei poderá continuar sozinha nessa história e seus agressores, bem amparados. Esta é a diferença. Então, o que se espera do poder público? Que seja capaz de, em situações assimétricas, criar o equilíbrio. Numa sociedade democrática, o mais fraco tem de

Episódios de violência seriam exemplares, sim, se houvesse respostas firmes e rápidas contra eles. Isso não existe. Além disso, há outro problema grave. Estamos vendo um sem-número de mazelas das classes dirigentes, que nos passa essa terrível sensação de impunidade permeando a sociedade. Isso tem reflexos na vida da metrópole. Se para “eles” tudo é possível, por que eu tenho de pagar impostos e cumprir minhas obrigações como cidadão? Quando um policial é pego num episódio de corrupção, justo ele que deveria contê-la, causa uma tremenda confusão lógica na cabeça do cidadão: ele não só se sente desamparado, como à mercê de um ator social do qual não conhece a verdadeira face.

Esta é uma pergunta que muitos pais se fazem: mais tempo livre, mais tempo para transgredir? Não penso assim. Se tenho tempo livre, posso ler um livro, não preciso sair por aí barbarizando. A delinquência não é alternativa. Ela é resultado de uma complexa gama de fatores. E, aproveitar o tempo livre não é privilégio de quem tem dinheiro. Na periferia, há propostas de lazer muito interessantes e até baratas. Como o skatismo.

Ação da polícia no Rio, na semana que passou, além do saldo de mortos, mostra como o cidadão está vulnerável. Mata-se primeiro, depois verifica-se se é traficante ou não. Parece que todo mundo é criminoso, todo mundo mente, todo mundo tem droga. É a lógica de metonímia, tomar a parte pelo todo. Há um grupo protegido, que são os traficantes, e o ónus de suas conexões criminosas é distribuído para a população local, gente que trabalha, que obedece normas.

Equal é a visão que se tem de poder público nas periferias?

É reconhecido como poder de repressão, mais do que como poder de mediação. O Estado se faz presente nesses lugares na figura do policial, que surge lá como a última instância do poder público, quando tudo mais falha. Quando um policial dá carona a uma gestante que está para dar à luz, virá herói, sai no noticiário, é algo fora de série. Porque é a derradeira face do poder público naquele lugar! Na verdade, não se deveria poupar investimento na sua formação. Melhorar nossas forças policiais não significa obrigatoriamente comprar mais armas e viaturas. Significa dar qualificação, informação, salário melhor, condição de trabalho. Como é importante um policial aprender o que é diversidade, saber como deve lidar com a mulher, a criança, o pobre, o negro, o homossexual, o idoso, ter, enfim, uma ideia de polidez.

O senhor propôs aos seus alunos na USP fazer a etnografia da ocupação da reitoria. Quais são as primeiras conclusões?

Cedo para dizer, ainda estamos trabalhando sobre os dados. Propus aos calouros das Ciências Sociais, que mal chegavam à universidade e caíram nessa confusão, que fizessem um trabalho levando em conta o lugar da ocupação, os personagens e a mudança de regras. No começo, foram vistos com certa desconfiança pelo comando da greve. Mas, convenceram. Não sei o que virá. E nem quero influenciar os resultados. Antropologia é isso. ●

E isso é só o começo...

Resta saber até quando os governantes farão vista grossa à corrupção que gera violência

Cristina Neme*

A recente ação policial no Complexo do Alemão expõe mais uma vez a realidade violenta em que vivem os moradores das periferias e favelas das grandes cidades brasileiras. As autoridades justificam o elevado número de mortos e feridos como resultado inevitável da ação policial contra o tráfico. O governo precisa agir, e a vitimização da população, ainda que indesejável, seria um efeito colateral. Verifica-se um banho de sangue em que os corpos (de criminosos, suspeitos, adolescentes, cidadãos?), em vez de preservados no local, são expostos e transportados precariamente por moradores e policiais.

Qual é, afinal, o impacto das prisões realizadas e da apreensão de armas e drogas, frente ao alto custo humano gerado pelas incursões policiais? O que elas representam diante do milionário mercado de drogas que emprega mão-de-obra de jovens pobres e abriga interesses de circuito dos mortos? Sabe-se que os delinquentes mortos ou presos logo serão substituídos, de forma que a economia ilegal se recompõe e continua operando. Sabe-se também que o tráfico de drogas e de armas estende seus tentáculos em diversas direções, envolvendo não só a população pobre, mas agentes do Estado.

Face à dificuldade de desartear esse nó, os governos tendem a optar por medidas simplistas no campo da segurança, que não raro se revelam desastrosas, abrindo mão de planejar políticas de segurança democráticas voltadas para a articulação entre prevenção, inserção social e repressão legítima. Reproduzem assim uma falácia que se afirmou no contexto da democratização brasileira: frente ao crescimento da criminalidade violenta nos anos 80, a eficiência policial foi associada ao uso da força física, de forma que o recurso (ilegítimo) à violência foi tolerado, quando não abertamente incentivado, como meio de contenção da criminalidade.

Embora não tenha apresentado efeitos na redução da criminalidade, tal “política” permanece como carta na manga dos governantes, que a usam quando necessitam responder



SEVERINO SILVA/O DIA

RODA VIVA – Traficantes presos e mortos são sempre substituídos, tornando as incursões ineficazes

às demandas sociais por segurança, seja durante as eleições, seja em ocasiões especiais em que a atenção à segurança pública torna-se um imperativo político. As vítimas das operações policiais são invariavelmente tachadas de criminosas; os confrontos são apresentados como inevitáveis, embora o governo se recuse a dar transparência à apuração dos fatos; e o cenário de guerra se repete de tempos em tempos, lembrando quão frágil é uma democracia que mantém grande parte da população excluída do bem-estar social e do Estado de Direito. A esses cidadãos (cidadãos?) se reserva a mão repressiva e violenta de um Estado fraco, incapaz de gerir democraticamente as instituições fundamentais ao desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade. Que paz tais incursões nas comunidades podem produzir? É evidente que não resultam em pacificação, mas agravam a segregação social por meio da aplicação de violência em nome do Estado.

Nas favelas e periferias, a relação entre polícia e população é marcada por desconfiança e rejeição em razão de práticas de abuso. Sem acesso ao serviço cotidiano de policiamento preventivo, os moradores vivem sob o fogo cruzado da polícia e dos criminosos locais. Ex-

periências como o policiamento comunitário merecem ser destacadas, mas seu alcance permanece limitado, já que não se universalizam como política pública de segurança. Configura-se um padrão que combina escassez de policiamento democrático, geralmente concentrado nas áreas mais ricas das cidades, com intervenções policiais pontuais de caráter repressivo ou violento – de forma que a presença das forças policiais passa a representar antes risco do que garantia.

Evidente que a forte insegurança das comunidades periféricas não pode ser enfrentada como uma questão meramente

periférica. É necessário que a sociedade brasileira tome consciência de que a violência se desenvolve. Mas o papel da instituição policial, e do sistema de justiça criminal, também é fundamental para que essas áreas sejam incluídas no Estado de Direito. A falta de garantia às liberdades individuais básicas gera um prejuízo social: diante do risco de balas perdidas durante os conflitos, as escolas se fecham e crianças e adolescentes permanecem sem acesso à educação. Por sua vez, os gestores da saúde pública não cessam de indicar os custos humanos e econômicos da violência, evidenciados no cotidiano dos hospitais.

Mas nossos governantes raramente formulam iniciativas consistentes para enfrentar as causas da criminalidade organizada e mal reconhecem que o controle legítimo da ordem é uma premissa para enfrentar o problema da insegurança em sua complexidade, avançando na direção de políticas de prevenção e de repressão democráticas. Preferem manter-se alheios ao funcionamento das redes de corrupção que envolvem diversos setores do poder público e que são potentes geradoras de violência. Resta saber até quando o custo político desse alheamento será menor do que o custo político do enfrentamento do problema. O custo social nós já conhecemos. ●



SEXTA, 29 DE JUNHO

Operação sob suspeita

●●● A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio defende a exumação dos corpos das 19 vítimas da operação policial no Complexo do Alemão. Uma avaliação independente também é pedida pela Human Rights Watch, organização internacional.

perícia como o policiamento comunitário merecem ser destacadas, mas seu alcance permanece limitado, já que não se universalizam como política pública de segurança. Configura-se um padrão que combina escassez de policiamento democrático, geralmente concentrado nas áreas mais ricas das cidades, com intervenções policiais pontuais de caráter repressivo ou violento – de forma que a presença das forças policiais passa a representar antes risco do que garantia.

Evidente que a forte insegurança das comunidades periféricas não pode ser enfrentada como uma questão meramente

periférica. É necessário que a sociedade brasileira tome consciência de que a violência se desenvolve. Mas o papel da instituição policial, e do sistema de justiça criminal, também é fundamental para que essas áreas sejam incluídas no Estado de Direito. A falta de garantia às liberdades individuais básicas gera um prejuízo social: diante do risco de balas perdidas durante os conflitos, as escolas se fecham e crianças e adolescentes permanecem sem acesso à educação. Por sua vez, os gestores da saúde pública não cessam de indicar os custos humanos e econômicos da violência, evidenciados no cotidiano dos hospitais.

Mas nossos governantes raramente formulam iniciativas consistentes para enfrentar as causas da criminalidade organizada e mal reconhecem que o controle legítimo da ordem é uma premissa para enfrentar o problema da insegurança em sua complexidade, avançando na direção de políticas de prevenção e de repressão democráticas. Preferem manter-se alheios ao funcionamento das redes de corrupção que envolvem diversos setores do poder público e que são potentes geradoras de violência. Resta saber até quando o custo político desse alheamento será menor do que o custo político do enfrentamento do problema. O custo social nós já conhecemos. ●

*Cristina Neme é mestre em Ciência Política (USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência / USP

Os sans-culottes de uma Paris imaginária

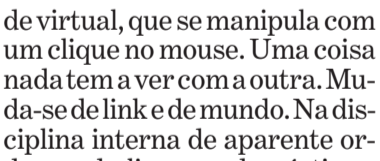
Jovens sem perspectiva são os novos descamisados

José de Souza Martins*

Na recente ocupação da reitoria da USP, numa pichação há esta proclamação inaugural: “Ocupe a reitoria que há dentro de você”. Um convite à insurgência contra a força de ocupação que, em nome do poder das instituições, se apossa da vontade de todos e de cada um. Um convite a mandar em vez de ser mandado, no lugar do convite a superar os que nos subjugam.

Occupar a reitoria que cada um tem dentro de si anuncia a impeto de derrubar a autoridade internalizada, em nome de um novo e vago poder. A autoridade foi simbolizada no governador e mais ainda na reitora, personificação inevitável do poder da instituição que é a reitoria. Mas não no pai, referência primeira e fundamental dessas revoltas voltadas para o interior de cada um, na sofrida passagem da condição de adolescente para a de adulto.

Ao contrário, os ocupantes se duplicaram entre a reitoria da desordem insurgente e a residência paterna da ordem prevalente, entre o onírico e o real, entre a transgressão e a obediência. Ocupação em tempo parcial, revezavam-se entre a reitoria e o lar. Mundos compartimentados da cultura pós-moderna da internet e da sociedade



QUARTA, 27 DE JUNHO

Nem vencido, nem vencedor

●●● Desocupada a reitoria da USP, registraram-se furtos de 4 notebooks e 13 monitores. Alunos admitem que materiais podem ter sido furtados “por pessoas não comprometidas com o movimento”. A reitora, Suelly Vilela, diz que “não há vencedores na crise, que durou 50 dias”.

Com diferentes motivos, professores saíram em busca dos nexos históricos que pudessem dar sentido e legitimidade à rebeldia mais do que compreensível, carente do apoio da imensa maioria dos estudantes e professores da USP. Uns encontraram nos índices que religam os acontecimentos da reitoria à Paris de 1968, o Butantã das cobras imaginado como uma Paris tropical. Ou, na Faculdade de Filosofia, houve quem fizesse emocionada defesa das barricadas da Reitoria, verdadeira Comuna de uma Pa-

is imaginária das margens do rio Pinheiros, o Sena da periferia. Ou quem elevasse os jovens insurgentes à condição de *sans-culottes* dos trópicos, a Revolução Francesa, finalmente, chegando até nós. Houve, ainda, entre os acampados, a ressurreição de Luther Blissett, figura imaginária da chamada guerrilha psíquica, que na Europa rica dos anos 90 reunia sob esse pseudônimo os transgressores e os socialmente inconformados, dando força aparente a solitários inconformismos. Muito do que temos aqui nos chega um pouco tarde. É muito do que somos e ficção. É essa a nossa pós-modernidade, e de uma sociedade em que a originalidade e a criação se perdem nas armadilhas da cópia e da colagem, da história como farsa.

O sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, que foi um dos ideólogos da revolta estudantil de 1968, em Paris, e um de seus mais lúcidos teóricos, distingue a imaginação do imaginário. Os movimentos sociais reiterativos e repetitivos, os da cópia e da colagem, são aqueles informados pelo imaginário, manipulável e reprodutível. Os verdadeiros movimentos, socialmente transformadores, são aqueles conduzidos pela imaginação e pela inventividade histórica e social, preenchidos de originalidade, coisa de gente que conhece a sociedade em que vive.

Talvez tenha razão quem disse que já não há perspectiva de conquistar facilmente posições sociais, procuram reafirmar as diferenças sociais, e não anulá-las e superá-las. Nesses vários casos, a mensagem é clara: a sociedade tem que saber quem manda e quem obedece. ●

* José de Souza Martins é professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP